

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Produban Serviços de Informática S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

### Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu R\$42,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando ligeira evolução em relação a R\$42,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. O lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$2,9 milhões em comparação ao lucro de R\$7,2 milhões do exercício anterior. Em 2016, foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de R\$3,1 milhões, pagos em fevereiro de 2017.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015		Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Ativo Circulante</b>		<b>21.287</b>	<b>45.452</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>46.733</b>	<b>35.794</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&19.f	377	29.993	Contas a Pagar		2.789	1.282
Contas a Receber		118	275	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	12.b&19.f	2.678	2.018
Créditos Tributários - Correntes	11.d	3.323	13.425	Salários a Pagar		21.822	18.549
Outros Ativos Financeiros		1.181	1.378	Impostos a Pagar		7.400	4.936
Outros Ativos	5	16.288	381	Outros Passivos	9	9.918	5.716
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>98.398</b>	<b>48.446</b>	Provisões	10	2.126	3.293
Aplicações Financeiras	4&19.f	19.276	-	<b>Passivo não Circulante</b>		<b>30.078</b>	<b>15.373</b>
Contas a Receber		1.190	31	Salários a Pagar		250	235
Depósitos Judiciais		4.958	6.218	Provisões	10	29.828	15.138
Créditos Tributários		65.580	41.332	<b>Total do Passivo</b>		<b>76.811</b>	<b>51.167</b>
Correntes	11.d	46.453	26.572	<b>Patrimônio Líquido</b>			
Diferidos	11.b	19.127	14.760	Capital Social		24.920	24.920
Outros Ativos	5	126	170	Reservas		15.297	17.964
Ativo Tangível	6	7.173	453	Ajuste de Avaliação Patrimonial		2.657	(153)
Ativo Intangível	7	95	242	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>12</b>	<b>42.874</b>	<b>42.731</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>119.685</b>	<b>93.898</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>119.685</b>	<b>93.898</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>		<b>24.920</b>	<b>2.762</b>	<b>10.408</b>	<b>(1.963)</b>	<b>-</b>	<b>36.127</b>
Plano de Benefícios a Funcionários	2.i	-	-	-	1.810	-	1.810
Lucro Líquido		-	-	-	-	7.168	7.168
Destinações:							
Reserva Legal	12.c	-	358	-	-	(358)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	-	-	(2.374)	(2.374)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.d	-	-	4.436	-	(4.436)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>		<b>24.920</b>	<b>3.120</b>	<b>14.844</b>	<b>(153)</b>	<b>-</b>	<b>42.731</b>
Plano de Benefícios a Funcionários	2.i	-	-	-	2.810	-	2.810
Dividendos Complementares	12.b	-	-	(2.400)	-	-	(2.400)
Lucro Líquido		-	-	-	-	2.884	2.884
Destinações:							
Reserva Legal	12.c	-	144	-	-	(144)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	-	(411)	(2.740)	(3.151)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>		<b>24.920</b>	<b>3.264</b>	<b>12.033</b>	<b>2.657</b>	<b>-</b>	<b>42.874</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

##### a) Contexto Operacional

A Produban Serviços de Informática S.A. (Produban) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474 - Bairro Santo Amaro - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto, entre outros, desenvolvimento e implantação de infraestrutura de tecnologia, gestão de processamento de serviços de tecnologia, suporte técnico, gestão de recursos de comunicação - dados e voz, suporte de infraestrutura em sites de processamento distribuído, suporte de equipamentos de uso corporativo, mesa de operações e Call Center e suporte à implantação de projetos, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente.

As receitas da Produban nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão representadas, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na Nota 19.f.

##### b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Produban, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 30 de março de 2017.

O resultado e a posição financeira da Produban estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

##### Principais normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

• IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Os possíveis impactos decorrentes das alterações vigentes a partir de 2017 estão sob a análise da Produban, que deverá ser concluída até a data de vigor da norma.

##### c) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos;
- Provisão com processos judiciais e administrativos e obrigações legais;
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos; e
- Provisão para benefícios a empregados.

#### 2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

##### a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

##### b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

###### i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários.

###### ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge;
- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado, e

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não incluídos como ativos financeiros fixos ou recebíveis, que não são cotados em um mercado ativo. São derivativos com valor circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

###### iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Depósitos judiciais";
- "Contas a receber"; e
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

###### iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas"); e
- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

###### v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar"; e
- "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar".

###### vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Subsequentemente, são mensurados ao valor justo ou custo amortizado dependendo da categoria. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

###### c) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

### Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos totais atingiram R\$119,7 milhões comparados a R\$93,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 e estão representados substancialmente por aplicações financeiras de R\$19,2 milhões e por ativos fiscais correntes e diferidos de R\$68,9 milhões (2015 - R\$41,3 milhões).

São Paulo, 30 de março de 2017

### A Diretoria Executiva

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receita Líquida de Prestação de Serviços	13	232.538	189.964	2.884	1.810
Custos dos Serviços Prestados	14	(204.849)	(167.338)	2.910	1.810
<b>Lucro Bruto</b>		<b>27.689</b>	<b>22.626</b>	<b>2.974</b>	<b>2.000</b>
Despesas com Pessoal		(16.830)	(14.182)	3.094	(3.094)
Despesas Administrativas	16	(3.947)	(3.094)	-	-
Depreciação e Amortização	6&7	(998)	(280)	1.536	(1.119)
Provisões (Líquidas)	10.a	(7.146)	(1.350)	1.97	609
Outras Receitas	17	2.692	2.921	-	-
Outras Despesas	18	(1.095)	(1.087)	-	-
<b>Resultado antes das Receitas Financeiras</b>		<b>365</b>	<b>5.555</b>	<b>4.418</b>	<b>(1.437)</b>
Receitas Financeiras	15&19.f	2.122	3.752	-	-
<b>Resultado antes da Tributação</b>		<b>2.487</b>	<b>9.306</b>	<b>4.418</b>	<b>(1.437)</b>
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	11.a	(397)	(2.138)	-	-
<b>Lucro Líquido</b>		<b>2.884</b>	<b>7.168</b>	<b>2.884</b>	<b>1.810</b>
Nº de Ações (Mil)	12.a	11.250	11.250	-	-
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		256,36	637,16	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
<b>Lucro Líquido</b>		<b>2.884</b>	<b>7.168</b>	<b>2.884</b>	<b>1.810</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Reconhecidas</b>		<b>2.810</b>	<b>1.810</b>	<b>2.810</b>	<b>1.810</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - CPC 33		4.061	2.742	-	-
Efeitos Tributários sobre os Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.251)	(932)	-	-
<b>Resultado Abrangente</b>		<b>5.694</b>	<b>8.978</b>	<b>5.694</b>	<b>8.978</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
<b>Atividades Operacionais</b>				<b>2.487</b>	<b>9.306</b>
<b>Resultado antes da Tributação</b>				<b>8.203</b>	<b>2.007</b>
<b>Ajustes ao Lucro</b>				<b>2.810</b>	<b>1.810</b>
Provisões (Líquidas)	10.a	7.146	1.350	-	-
Despesas com Juros - Fundos de Pensões	10.a&18	619	779	-	-
Despesas com Pessoal - Fundos de Pensões	10.a	1.172	1.225	-	-
Depreciação e Amortização	6&7	998	280	-	-
Atualização de Depósitos Judiciais	17	(276)	(548)	-	-
Atualização de Impostos a Compensar	17	(1.485)	(1.019)	-	-
Perdas na Baixa de Ativo Intangível	18	29	-	-	-
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>(28.288)</b>	<b>20.061</b>	<b>2.487</b>	<b>9.306</b>
Redução (Aumento) em Aplicações Financeiras		(19.276)	41.571	-	-
Redução (Aumento) em Contas a Receber		(1.002)	234	-	-
Redução (Aumento) em Créditos Tributários - Corrente		(9.038)	(6.180)	-	-
Redução (Aumento) em Depósitos Judiciais		1.536	(119)	-	-
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros		197	40	-	-
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(15.862)	609	-	-
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		1.507	(847)	-	-
Aumento (Redução) em Salários a Pagar		3.288	(1.509)	-	-
Aumento (Redução) em Impostos a Pagar		1.991	24	-	-
Aumento (Redução) em Provisões		8.647	(1.852)	-	-
Aumento (Redução) em Outros Passivos		4.202	(7.655)	-	-
Impostos Pagos	11.a	(4.478)	(4.255)	-	-
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>(17.598)</b>	<b>31.434</b>	<b>2.487</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**Hierarquia de Valor Justo**

Como estratégia de gestão de risco em linha com seus objetivos de negócios, a Produban Serviços mantém uma carteira de instrumentos financeiros simples e apresenta os seguintes níveis para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
  - Nível 2: outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos.
  - Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizam dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.
- Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações financeiras foram classificadas como Nível 1. Em 31 de dezembro de 2015 não havia instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

**9. Outros Passivos**

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões para Honorários Advocáticos	2.906	2.780
Provisões para Despesas Administrativas	7.011	2.936
Outros Pagamentos a Efetuar	1	-
<b>Total</b>	<b>9.918</b>	<b>5.716</b>

**10. Provisões**  
**a) Movimentações das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais, Compromissos e Outras Provisões**

	01/01 a 31/12/2016		01/01 a 31/12/2015	
	Fiscais	Trabalhistas	Fiscais	Trabalhistas
<b>Saldo Inicial</b>	<b>1.530</b>	<b>11.414</b>	<b>5.487</b>	<b>10.719</b>
Adições Debitadas ao Resultado:				
Constituição Líquida	-	-	-	-
de Reversão	46	7.248	(148)	43
Despesas com Juros (Nota 18)	-	-	619	-
Despesas com Pessoal	-	-	1.172	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - CPC 33	-	-	(4.061)	-
Baixas por Pagamentos	-	(991)	(625)	(966)
Outras Movimentações (1)	-	-	10.263	-
<b>Saldo Final</b>	<b>1.576</b>	<b>17.671</b>	<b>12.707</b>	<b>11.414</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2016, foram reconhecidos ativos atuariais relativos a fundos de pensão no montante de R\$10.263, registrados na rubrica Outros Ativos (Nota 5).

**b) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias**

A Produban é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Produban com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Produban tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

O principal processo que a Produban vem discutindo judicialmente são os impactos do expurgo (1) Inflacionário do Plano Verão nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL - R\$1.393 (31/12/2015 - R\$1.354).

**c) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas**

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

**d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível**

São passivos judiciais e administrativos de natureza tributária, civil e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram R\$711.603 (31/12/2015 - R\$677.667) e trabalhistas R\$5.081 (31/12/2015 - R\$4.009). O principal processo é:

**Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Crédito** - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., atual Produban e outro auto no extinto Banco Santander Brasil S.A. (incorporado pelo Banco Santander Meridional S.A., atual Banco Santander (Brasil) S.A.). O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Produban na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Produban, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação de risco dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Produban obteve decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) enquanto o Banco obteve decisão desfavorável e foi considerado responsável pelo recolhimento da CPMF. Ambas decisões foram objeto de novos recursos perante a última instância do CARF. Em junho de 2015, os recursos foram apreciados com decisões desfavoráveis para o Banco e para a Produban na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, o Banco e a Produban impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. O valor envolvido atualizado de cada uma das ações é de aproximadamente R\$692 milhões.

**e) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares**

**e.1) Plano de Pensão Complementar**  
A Produban patrocinava, juntamente com o Banco Santander Brasil, planos de benefício definido e planos de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

**Plano I: Banesprev - Fundo Banepsa de Seguridade Social (Banesprev)**  
Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pela Produban, abrange os funcionários admitidos após 22/05/1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22/05/1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

**Plano II:** plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada mês exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

**Plano IV:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

**Plano II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)**  
Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, plano indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

**Plano III:** plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

**III) SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi)**  
Dentro os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Os valores apropriados como despesa no exercício de 2016 relativo a Banesprev e SantanderPrevi foram de R\$19 e R\$2.189, respectivamente (2015 - R\$18 e R\$2.157).

**Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido**

	31/12/2016		31/12/2015	
	Banesprev	Sanprev	Banesprev	Sanprev
<b>Conciliação dos Ativos e Passivos</b>				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(78.601)	(1.136)	(56.138)	(1.058)
Valor Justo dos Ativos do Plano	75.999	1.730	59.174	1.549
<b>Sendo:</b>				
Superávit	9.669	594	8.523	491
Déficit	(12.271)	-	(5.487)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	-	-	8.523	491
<b>Ativo Atuarial Líquido</b>	<b>9.669</b>	<b>594</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo Atuarial Líquido</b>	<b>12.271</b>	<b>-</b>	<b>5.487</b>	<b>-</b>
Contribuições Efetuadas	536	-	665	-
Receita (Despesas) Reconhecidas	(1.367)	(72)	(1.434)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.030	666	(688)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	17.798	(181)	(250)	(88)

**e.2) Plano de Assistência Médica e Odontológica**  
**Cabep - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo** - entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banepsa em 2000, conforme definido em estatuto da Entidade.

	Cabesp		01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
	31/12/2016	31/12/2015		
<b>Conciliação dos Ativos e Passivos</b>				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.233)	(5.724)		
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.797	5.849		
<b>Sendo:</b>				
Superávit	-	125		
Déficit	(436)	-		
Valor não Reconhecido como Ativo	-	125		
<b>Ativo Atuarial Líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		
<b>Passivo Atuarial Líquido</b>	<b>436</b>	<b>-</b>		
Contribuições Efetuadas	-	224		
Receita (Despesas) Reconhecidas	(113)	(219)		
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	133	456		
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	2.245	162		

**Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos**

	31/12/2016		31/12/2015		
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde	
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,9%	10,8%	12,3%	12,0%	
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	10,9%	10,8%	12,3%	12,0%	
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	
Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:					
<b>Banesprev</b>	<b>Sanprev</b>	<b>Cabesp</b>	<b>Banesprev</b>	<b>Sanprev</b>	<b>Cabesp</b>
Experiência do Plano	(5.492)	(188)	(1.684)	(2.181)	266
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(10.784)	(102)	(749)	10.457	150
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(248)	412	-	-	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação</b>	<b>(16.524)</b>	<b>(22)</b>	<b>(2.433)</b>	<b>8.276</b>	<b>416</b>
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	10.675	(8)	1.533	(6.710)	(266)
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Irrecuperável</b>	<b>10.675</b>	<b>(8)</b>	<b>1.533</b>	<b>(6.710)</b>	<b>(266)</b>
<b>Mudança no Superávit Ativo</b>	<b>9.567</b>	<b>551</b>	<b>140</b>	<b>(824)</b>	<b>69</b>
<b>Efeito do Risk Sharing</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>436</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Sensibilidade
(+)	(-)
	817
	(650)

Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações  
A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais

	Duration (em Anos)	
	31/12/2016	31/12/2015
Banesprev I	12,85	13,01
Banesprev II	13,26	12,37
Banesprev IV	15,68	13,88
Sanprev II	13,31	14,26
Cabesp	18,99	18,96

**11. Ativos e Passivos Fiscais**  
**a) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
<b>Resultado antes da Tributação</b>	<b>2.487</b>	<b>9.306</b>
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12)	(3.151)	(2.374)
<b>Resultado Líquido Ajustado</b>	<b>(664)</b>	<b>6.932</b>

**Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente**

Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(64)	100
Outros Ajustes	235	119
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>397</b>	<b>(2.138)</b>
Impostos Correntes	(5.222)	(2.367)
Impostos Diferidos	5.619	229
Impostos Pagos no Exercício	(4.478)	(4.255)

	Saldo em 31/12/2015		Saldo em 31/12/2016	
	Natureza e Origem:	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	418	17	-	435
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	3.881	2.464	(337)	6.008
Provisão para Despesa de Pessoal - PLR	3.203	936	-	4.139
Provisão para Fundos de Pensões	1.866	-	(302)	1.564
Outras Provisões Temporárias	5.392	1.589	-	6.981
<b>Total</b>	<b>14.760</b>	<b>5.006</b>	<b>(639)</b>	<b>19.127</b>

	Saldo em 31/12/2014		Saldo em 31/12/2015	
	Natureza e Origem:	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	403	15	-	418
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	3.645	565	(329)	3.881
Provisão para Despesa de Pessoal - PLR	3.428	4.354	(4.579)	3.203
Provisão para Fundos de Pensões	2.538	-	(672)	1.866
Outras Provisões Temporárias	5.450	-	(58)	5.392
<b>Total</b>	<b>15.464</b>	<b>4.934</b>	<b>(5.638)</b>	<b>14.760</b>

**c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários - Diferidos**

Ano	Diferenças Temporárias		
	IRPJ	CSLL	Total
2017	10.487	3.782	14.269
2018	2.598	941	3.539
2019	115	47	162
2020	115	41	156
2021	161	58	219
2022 a 2024	345	124	469
2025 a 2026	230	83	313
<b>Total</b>	<b>14.051</b>	<b>5.076</b>	<b>19.127</b>

**d) Impostos Correntes**  
 O crédito tributário corrente refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

**12. Patrimônio Líquido**  
**a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social, totalmente integralizado, está representado por 11.250 mil ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Aos acionistas, são assegurados os dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

Em 30 de dezembro de 2016, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$3.151 (R\$280,09 por lote de mil ações ordinárias) correspondente a R\$2.678 (R\$238,08 por lote de mil ações ordinárias) líquido do imposto de renda, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2016, e foram pagos em 24 de fevereiro de 2017.

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 18 de agosto de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos por conta da reserva de equalização de dividendos, no valor de R\$2.400 (R\$213,33 por lote de mil ações ordinárias, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2015, e foram pagos em 17 de outubro de 2016.

Em 30 de dezembro de 2015, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$2.374 (R\$211,02 por lote de mil ações ordinárias) correspondente a R\$179,37 por lote de mil ações) líquido do imposto de renda, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2015, e foram pagos em 25 de fevereiro de 2016.

**c) Reserva Legal**  
 Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

**d) Reserva para Equalização de Dividendos**

Limitada a 50% do valor do capital social, com a finalidade de garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

**13. Receita Líquida de Prestação de Serviços**

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício:

<b>Receita Bruta</b>		
Serviços com Partes Relacionadas (Nota 19.1)	253.516	208.132
Serviços de Terceiros	628	34
<b>Menos:</b>		
PIS	(1.769)	(1.547)
Cofins	(8.199)	(7.166)
ISS	(11.638)	(9.489)
<b>Receita Líquida</b>	<b>232.538</b>	<b>189.964</b>

**14. Custo dos Serviços Prestados**

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Serviços Prestados por Terceiros - Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	81.701	72.804
Despesas com Pessoal	123.148	94.534
<b>Total</b>	<b>204.849</b>	<b>167.338</b>

**15. Receitas Financeiras**

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Rendas com Ativos Financeiros com Instituições de Créditos Operações Compromissadas (Nota 19.1)	-	2.268
Certificado de Depósitos Bancários - CDB (Nota 19.1)	2.117	1.484
Outras	5	-
<b>Total</b>	<b>2.122</b>	<b>3.752</b>

**16. Despesas Administrativas**